

Sustentar e ampliar a competitividade brasileira

PS * 7 FEV 1992

Antônio Corrêa de Lacerda *

A questão da competitividade se mostra crucial para a economia brasileira e é um dos grandes desafios a enfrentar nestes anos 90. Isso exige tanto a ação individual das empresas, em âmbito microeconômico, quanto, em nível macro, a coordenação de políticas que suportem e incentivem ganhos de competitividade.



Que as empresas precisam voltar-se para essa busca é algo inquestionável, como também é inegável que temos pouca tradição nessa área. O ambiente inflacionário e a economia pouco exposta à concorrência internacional forneceram, durante muitos anos, um cenário pouco convidativo à busca de produtividade por parte dos agentes econômicos no Brasil. A nova realidade, inclusive em nível internacional, nos mostra uma tendência muito clara, com a globalização dos mercados, as transformações no Leste europeu e a revolução tecnológica.

No caso brasileiro, no entanto, fundamental além da ação individual das empresas é a remoção de barreiras que ainda persistem no âmbito macroeconômico, representando elementos que inviabilizam, ou pelo menos dificultam, a obtenção dos ganhos de competitividade.

O principal deles ainda é, sem dúvida, a inflação, que aumenta o risco da atividade produtiva, dificulta o cálculo econômico, as decisões empresariais, a formação de preços, etc.

Mas também há outros: a recessão, as altas taxas de juro, a estrutura tributária e a carência de infra-estrutura são exemplos de aspectos macroeconômicos que são óbices, de ordem exógena às empresas, que acabam afetando o seu desempenho.

A recessão, efeito do ajuste em curso na economia brasileira, acaba transformando-se, além dos seus efeitos sociais, em aspecto problemático para as empresas. A diminuição do mercado traz a necessidade de adequação do

parque fabril a essa realidade, muitas vezes implicando redução do volume de produção. A redução do volume produzido acaba aumentando os custos fixos por produto, causando um efeito-escala ao contrário, extremamente perverso.

O segundo fator são os juros. A economia brasileira tem convivido nos últimos meses com taxas reais de juro que se situam próximas dos 4 a 5% reais ao mês (cerca de 80% ao ano!). Esse aspecto apresenta um impacto direto sobre a formação dos preços, já que tem que ser incorporado na sua formação, encarecendo-os. Os altos juros também encarecem o custo de oportunidade dos novos investimentos, adiando as decisões e, portanto, tendendo a envelhecer a base tecnológica utilizada.

O terceiro fator é a estrutura tributária. Os impostos que incidem sobre produção, trabalho e investimentos no Brasil são altos, comparativamente aos nossos concorrentes. Todos sabemos o paradoxo da tributação no Brasil que onera demasiadamente empresas e trabalhadores do mercado formal, a despeito de uma enorme evasão nos setores informais e entre os sonegadores.

O quarto aspecto está ligado à infra-estrutura, em alguns casos ainda pouco competitiva com os demais países, como é o caso, por exemplo, dos custos portuários.

Esses quatro principais aspectos mencionados afetam a competitividade dos produtos brasileiros. Isso nos mostra, nessa área, quão fundamental é uma articulação da política industrial com as políticas de estabilização, de forma a acelerar os resultados.

Tão importante como uma redução programada de alíquotas de importação, para permitir maior exposição do nosso mercado à concorrência internacional, é remover entraves que possam prejudicar a competitividade dos nossos produtos. Mas isso não dispensa, pelo contrário fortalece, a necessidade da ação microeconômica dos agentes na busca de produtividade, competitividade e ganho de participação no mercado externo.

* Economista.

GAZETA MERCANTIL